



**ANEXO II**  
**PROCEDIMENTOS À SITUAÇÃO EMERGENCIAL DA COVID-19**

OBJETO	ÓRGÃO REQUISITANTE	DISPENSA/PREGÃO	VALOR (R\$)
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1- ASPECTOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO RELACIONADO AO COVID-19 (Lei Federal 13.979/2020).**

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
1	Caso seja promovida a contratação emergencial ela foi fundamentada na Legislação específica - ou seja - a Lei Federal nº. 13.979/2020 com alterações propostas pela MPV 926 de 20/03/2020? (art. 4º Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				
2	A utilização da contratação por emergência foi justificada como necessária em função da impossibilidade de aguardar-se os prazos necessários à realização do certame licitatório, ainda que com prazo de publicação reduzido? (Matriz de Risco desta CGM).	1				
3	No caso da aquisição de equipamentos e materiais permanentes, foi definido se seriam novos ou usados e no caso de usados, foi exigida responsabilização do fornecedor pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido? (art. 4º-A da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				
4	No caso de contratação emergencial, foram justificados no processo o atendimento aos seguintes requisitos?  I- ocorrência de situação de emergência; II- necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; III- existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e IV- limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência." (NR) (art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
5	Juntou-se ao processo Termo de Referência ou Projeto Básico simplificado contendo ao menos os seguintes elementos?  I - declaração do objeto; II - fundamentação simplificada da contratação; III - descrição resumida da solução apresentada; IV - requisitos da contratação; V - critérios de medição e pagamento; VII - adequação orçamentária. (art. 4º-E e §1º do mesmo art. da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				
6	A estimativa de preço utilizada utilizou ao menos um dos seguintes parâmetros?  a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores. (art. 4º-E, §1º, VI da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	1				
7	Caso não tenha sido feita estimativa de preço, houve justificativa do setor competente nos autos? (art. 4º-E, §2º, VI da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				
8	Em caso de contratação por valor superior à estimativa de preços, ocorreu justificativa nos autos por meio da apresentação de elementos que demonstrem a variação em função da crise, da redução da oferta, dentre outros? (art. 4º-E, §3º, VI da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	1				
9	Foi previsto no termo de referência que a contratação terá validade de até 6 meses prorrogável por sucessivos períodos enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública? (art. 4º-H, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
10	Foi previsto no termo de referência e no contrato a possibilidade de rescisão antecipada do contrato em caso de terminar a situação emergencial antes do prazo definido para a contratação? (art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	1				
11	Caso seja realizada licitação, seguiu-se ao menos o prazo mínimo exigido para publicação do instrumento convocatório - 4 dias úteis (metade do definido para a modalidade)? (art. 4º-G da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	2				
12	Juntou-se ao processo o Checklist de Avaliação de Risco conforme modelo definido pela SMCI ao menos até durante o período de execução do contrato? (art. 4º-D da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	2				
13	As informações da contratação foram lançadas no Portal de Transparência do município contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (art. 4º, §2º, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	2				
14	A empresa contratada apresentou toda a documentação relativa à regularidade fiscal ou não tendo apresentado, justificou-se pela inexistência de outros fornecedores disponíveis no mercado (exigindo-se desta ao menos regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição)? (art. 4º-F, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	2				
15	No caso de ter sido contratada pessoa jurídica inidônea ou suspensa, consta no processo comprovação e justificativa de ser esta a única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (§3º - art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	2				



ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
16	O contrato assinado tem prazo de até 6 meses permitindo-se somente a prorrogação por sucessivos períodos enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública? (art. 4º-H, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	2				
17	O contrato assinado previu que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato? ( <b>critério não obrigatório</b> ). (art. 4º-I, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020).	2				

## 2- FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
18	A contratação foi formalizada por meio de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado? (Lei nº 8.666/93, art. 4º, par. Único e 38, caput.)	1				
19	Consta do processo declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (L.C. 101/2000 - LRF - art. 16, I e II.)	1				
20	Consta do processo a indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma? (Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III, art. 14, caput e art. 38 caput.)	1				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
21	Foi juntada justificativa técnica de razão da escolha do fornecedor ou executante? (Lei nº 8.666/93, art. 26, II)	1				
22	Foi anexada autorização, emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para realização do serviço ou aquisição? (Lei nº 8.666/93, art. 38, caput.)	1				
23	Foi juntada declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil)? (Lei nº 8.666/93, art. 27, V)	1				
24	Foi anexado o Ato de Dispensa/Inexigibilidade devidamente fundamentado com base no art. 4º da Lei Federal 13.979/2020?	2				
25	Foi anexada comunicação dentro de 3 (três) dias à autoridade superior para ratificação como condição para a eficácia dos atos? (Lei nº 8.666/93, art. 26, caput)	2				
26	Foi juntado comprovante de Publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias após a ratificação como condição para a eficácia dos atos? (Lei nº 8.666/93, art. 26, caput)	2				
27	Foi juntada Homologação/Ratificação emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para emissão da nota de empenho da inexigibilidade/dispensa em até 5 (cinco) dias da comunicação efetivada? (Lei nº 8.666/93, art. 26, caput)	2				
28	O ato de designação da comissão de licitação consta do processo? (Lei nº 8.666/93, art. 38, III)	1				
29	Os originais das propostas e dos documentos que as instruírem constam do processo? (Lei nº 8.666/93, art. 38, IV)	1				
30	Os pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre o ato constam do processo e fazem menção à validação do ato como a forma mais adequada para contratação na forma pretendida pela administração? (Lei nº 8.666/93, art. 38, VI)	2				



ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
31	O termo de contrato ou instrumento equivalente (conforme o caso) consta do processo? (Lei nº 8.666/93, art. 38, X)	2				
32	Se for o caso, consta do processo o despacho de anulação ou de revogação do ato? (Lei nº 8.666/93, art. 38, IX)	2				
33	Foram juntados os comprovantes de publicações na forma da Lei? (Lei nº 8.666/93, art. 38, XI)	2				
34	Os documentos necessários à habilitação (originais ou cópias autenticadas por cartórios competentes ou por servidores da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial) constam do processo? (Lei nº 8.666/93, art. 38, XII combinado com o art. 32)	2				

### 3- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
35	Foi juntado o documento de identidade, no caso de pessoa física? (Lei nº 8.666/93, art. 28, I)	1				
36	Foi juntado o registro comercial, no caso de empresa individual? (Lei nº 8.666/93, art. 28, II)	1				
37	Foi juntado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores? (Lei nº 8.666/93, art. 28, III)	1				
38	Foi juntado a inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício? (Lei nº 8.666/93, art. 28, IV)	1				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
39	Foi juntado o documento de identidade, no caso de pessoa física? (Lei nº 8.666/93, art. 28, I)	1				
40	Foi juntado o registro comercial, no caso de empresa individual? (Lei nº 8.666/93, art. 28, II)	1				
41	Foi juntado o decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir? (Lei nº 8.666/93, art. 28, V)	1				
42	Foi solicitada a prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)? (Lei nº 8.666/93, art. 29, I)	1				
43	Foi juntado prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual? (Lei nº 8.666/93, art. 29, II)	1				
44	Foi juntado, conforme o caso, prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidões Negativas – Dívida Ativa/PFN e Tributos Administrados pela Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei? (Lei nº 8.666/93, art. 29, III)	1				
45	Foi juntado prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS). (Lei nº 8.666/93, art. 29, V)	1				
46	Foi juntado prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (Lei nº 8.666/93, art. 29, IV)	1				
47	Foi juntado prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência). (Lei nº 8.666/93, art. 29, V)	1				





#### 4- CONTRATOS

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
48	Foi juntado o documento de identidade, no caso de pessoa física? (Lei nº 8.666/93, art. 28, I)	2				
49	Foi juntado o registro comercial, no caso de empresa individual? (Lei nº 8.666/93, art. 28, II)	2				
50	O contrato possui numeração registrada em ordem cronológica? (Lei nº 8.666/93, art. 60.)	2				
51	O contrato possui cláusulas que estabeleçam objeto e seus elementos característicos? (Lei nº 8.666/93, art. 55, I)	2				
52	O contrato possui cláusulas que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento? (Lei nº 8.666/93, art. 55, II)	2				
53	O contrato possui cláusulas que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento? (Lei nº 8.666/93, art. 55, III)	2				
54	O contrato possui cláusulas que estabeleçam os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso? (Lei nº 8.666/93, art. 55, IV)	2				
55	O contrato possui cláusulas que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica? (Lei nº 8.666/93, art. 55, V)	2				
56	O contrato possui cláusulas que estabeleçam as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas? (Lei nº 8.666/93, art. 55, VI)	2				





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
57	O contrato possui cláusulas que estabeleçam os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas? (Lei nº 8.666/93, art. 55, VII)	2				
58	O contrato possui cláusulas que estabeleçam os casos de rescisão? (Lei nº 8.666/93, art. 55, VIII)	2				
59	O contrato possui cláusulas que estabeleçam o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa? Lei nº 8.666/93, art. 55, IX	2				
60	O contrato possui cláusulas que estabeleçam a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor? (Lei nº 8.666/93, art. 55, XI)	2				
61	O contrato possui cláusulas que estabeleçam a legislação aplicável à execução do contrato (citando a Lei Federal 13.979/2020) e especialmente aos casos omissos? (Lei nº 8.666/93, art. 55, XII)	2				
62	O contrato possui cláusulas que estabeleçam a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação? (Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII)	2				
63	Consta cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei. (Lei nº 8.666/93, art. 55, § 2º)	2				
64	O contrato menciona os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às legislações e às cláusulas contratuais. (Lei nº 8.666/93, art. 61)	2				
65	As garantias, se exigidas, limitaram-se a 5% do valor contratado? (Se não, ver exceções) (Lei nº 8.666/93, art. 56, § 2º)	2				



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**

Processo nº

Fls.

ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
66	Não há cláusulas que permitam o reajustamento do contrato (correção monetária) em prazo inferior a um ano, exceto para os casos de equilíbrio econômico e financeiro na forma da Lei? (Lei nº 9.069/95, art. 28, § 1º.)	2				
67	Existe anexada ao processo portaria de designação de servidor para executar a função de acompanhamento e fiscalização do contrato? (Lei nº 8.666/93, art. 67)	2				
68	O empenho foi emitido em data anterior ou até a data de formalização do contrato? (Lei nº 4.320/64, art. 60)	2				
69	Havendo necessidade de recomposição dos preços contratados (manutenção do equilíbrio econômico-financeiro) há comprovação da existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual? (Lei nº 8.666/93, art. 65, II, "d")	3				
70	Não houve reajustamento de preços (correção monetária) em prazo inferior a um ano? (Lei nº 9.069/95, art. 28, § 1º)	3				
71	Caso tenha ocorrido prorrogação de prazo esta foi justificada por escrito em processo próprio apartado do principal e obedeceu ao período de vigência da situação de emergência em saúde? (art. 4º-H, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	3				
72	Caso tenha ocorrido prorrogação de prazo esta foi previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato? (Lei nº 8.666/93, art. 57, § 2º)	3				
73	Caso tenham ocorrido acréscimos ou supressões ao objeto contratado, estas foram limitadas a cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato? (art. 4º-I, da Lei nº 13.979/2020 e MPV 926/2020)	3				



ITEM	PONTOS DE CONTROLE	TIPO	SIM	NÃO	N/A	OBS
73	No caso de rescisão por culpa exclusiva do contratado, foram aplicadas as sanções previstas na legislação e firmadas no instrumento contratual - sendo multa até impedimento para contratar com o Poder Público. (Lei nº 8.666/93, art. 87, incisos e parágrafos.)	3				
74	Foi feito cadastro do Procedimento no TCE - SIGFIS - Informes mensais de Dispensa, Inexigibilidade, Ata de Registro ou Adesão no mesmo mês em que ocorreu a Homologação/Ratificação pelo Ordenador de Despesas (até 30 dias após a homologação do certame)? (Manual SIGFIS - pág. 153)	2				
75	pós a assinatura do contrato, houve o lançamento dos dados pertinentes nos informes mensais no prazo legal (até 30 dias após a homologação do certame)? (Manual SIGFIS - pág. 153)	2				
76	Quando do lançamento do contrato no sistema, foi feita a vinculação dos empenhos anexados aos processos no instrumento lançado nos informes mensais? (Deliberação TCE-RJ 280 e 281/2017)	2				

Paracambi, XX de XXXXXXXX de 2020.

XXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável pela auditoria

Controladoria Geral do Município

Ciente: XXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a) Municipal de XXX

**LEGENDA: S – SIM N – NÃO NA – NÃO APLICÁVEL**  
**Resposta desejável: Sim em todos os quesitos**

**TIPOS DE AUDITORIA:**

**Auditoria 1 - Auditoria prévia à Contratação**

**Auditoria 2 - Auditoria final do processo, prévia ao último envio ao TCE**

**Auditoria 3 - Auditoria após o término da execução contratual**